



Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos jornais do Grupo RBS (Diário Catarinense, A Notícia e Jornal de Santa Catarina)

Publicada em 05 de outubro de 2007

Jornalista: O BB, no início, não tinha interesse pelo Besc, que caminhava para a privatização. O negócio só aconteceu por decisão política do presidente da República?

Presidente: Não se trata apenas de decisão política. O Banco do Brasil sempre teve interesse em conquistar mercado, mediante crescimento orgânico ou aquisição de outras instituições financeiras. Mas ocorre que, no passado, não havia oportunidades de incorporações ou aquisições como esta, concreta, de negócio com o Besc. Vale lembrar que o BB já divulgou ao mercado que estuda também a incorporação do Banco do Estado do Piauí e a aquisição do Banco de Brasília (BRB), por exemplo. E experiência não falta ao BB: a pouco mais de 7 dias de completar 199 anos, o Banco do Brasil já é o banco oficial de dez estados brasileiros e realiza o pagamento de quase 1 milhão de servidores públicos estaduais. O negócio é do interesse da instituição, dos correntistas do Besc e do povo catarinense.

Jornalista: A saída inédita para o Besc cumpre promessa de campanha? Ou promessas junto ao governador Luiz Henrique?

Presidente: O nosso compromisso é com os interesses do povo catarinense. O processo de incorporação do Besc está devidamente contemplado dentre as finalidades preconizadas pela Medida Provisória do PROES – Programa de Redução da Participação Estatal Estadual da Atividade Financeira Bancária –,



que autorizou a União a emprestar recursos aos Estados para o saneamento de suas Instituições Financeiras. Dentro desse contexto, a União e o Estado de Santa Catarina, em decisão conjunta, optaram por desenvolver os estudos necessários à incorporação do Besc ao Banco do Brasil. O resultado desse esforço conjunto é a celebração do termo aditivo ao contrato de federalização do Besc que deverá ser assinado entre as partes, para depois ser submetido ao Senado Federal para aprovação.

Jornalista: Não há um analista de mercado que considere lógica a manutenção da marca Besc. Por que o acordo prevê que a marca será mantida pelo menos nos próximos seis anos?

Presidente: Não conheço a opinião desses analistas de mercado, mas todos nós sabemos da força extraordinária que a marca Besc tem em Santa Catarina. Então, o Banco do Brasil avaliou que a associação de sua marca à Besc poderia trazer ganhos em negócios e em imagem. É uma decisão do banco.

Jornalista: O sr. já disse que os programas sociais estarão comprometidos com a receita de CPMF. Os investimentos do PAC também?

Presidente: A aprovação da CPMF é da maior importância para o Brasil e para o equilíbrio das contas públicas. É este equilíbrio que tem permitido ao País viver este momento de grande respeito e credibilidade internacional, tanto na área comercial, quanto econômica e empresarial, e de redução da pobreza e da desigualdade social, apontadas nos números da Pnad. Tenho dito sempre que a economia está tranqüila, com capacidade para enfrentar turbulências, e o povo está melhorando de vida. Porém, esta situação que conquistamos a duras penas fica sob risco se R\$ 38 bilhões forem tirados subitamente do Orçamento. Isso acarretaria prejuízos a todos os setores, pois, o governo terá que reavaliar o que previu para investir nos próximos anos. Como não é possível cortar as



despesas obrigatórias, o executivo terá que cortar recursos que hoje estão previstos em programas sociais e nos investimentos, mesmo os que estão no PAC. Mas acredito que o Congresso vai discutir a questão da CPMF ciente do compromisso com o País e com a sociedade brasileira.

Jornalista: O governo duplicou o trecho norte da BR-101 e agora está investindo na duplicação da parte sul. O senhor acha justo, após o investimento federal, entregar a rodovia à iniciativa privada para a cobrança de pedágio?

Presidente: O objetivo do governo ao investir na duplicação da BR-101 e de outras estradas brasileiras antes de conceder sua manutenção à iniciativa privada é garantir um preço módico para o pedágio. Caso a rodovia não estivesse em boas condições, a concessionária teria de cobrar um valor muito alto no pedágio para investir na recuperação do pavimento. Sem a necessidade de investir na reforma da pista, a concessionária vai se encarregar apenas da manutenção da rodovia e dos serviços de socorro mecânico e médico aos usuários. A remuneração se dará apenas sobre esses custos, conforme o edital de licitação. A concessão não significa transferência do patrimônio público à iniciativa privada, apenas a administração da estrada será feita por uma empresa, por um tempo determinado em contrato. Estamos trabalhando pela economia, pela segurança e pelo conforto dos usuários das nossas rodovias.